



ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA MAIORES DE 23 ANOS

PROVA DE AVALIAÇÃO TEÓRICA
PARTE II – ÁREA DE CONHECIMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

2016/2017

Data: 15/06/2016 – Duração: 01h15m

Responda às duas questões seguintes. Cada questão tem uma cotação de 05 valores.

1.

«É importante considerar a noção generalizada da existência de três gerações de Direitos Humanos, das quais a primeira, designada por “direitos negativos”, se reporta aos direitos civis e políticos, conforme consagrados nos artigos 2.º a 21.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Trata-se de direitos formulados para garantir a proibição de qualquer limitação da liberdade individual. A segunda geração abrange os chamados direitos “positivos” (económicos, sociais e culturais) que encontramos nos artigos 22.º a 27.º da Declaração, os quais se destinam a assegurar a justiça social, a satisfação das necessidades básicas do indivíduo e a sua participação nos aspectos sociais, económicos e culturais da vida. A terceira geração compreende os direitos “colectivos” aflorados de forma embrionária no artigo 28.º da Declaração, que proclama o seguinte: “Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração”. A evolução desde uma fase de defesa contra a opressão até à afirmação do direito à satisfação de necessidades humanas materiais e não-materiais e à participação equitativa na produção e distribuição dos recursos é a consequência lógica de uma crescente consciência sócio-política e do desenvolvimento económico que se verificam, sobretudo, mas não apenas, nos países industrializados.»¹

Desenvolva um comentário ao texto fundamentando os argumentos e reflita sobre as diferentes gerações de direitos humanos.

¹ ONU (1999), Direitos Humanos e Serviço Social: Um manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social. Série Formação Profissional nº1. Departamento Editorial do ISSSCoop. Lisboa. Consultado em 5 de Junho de 2016. URL: http://www.gdldc.pt/direitos-humanos/temas.dh/pdfs/11RSocialWork_scannado.pdf

«A consciência de que pobreza e privação constituem fenómenos diferentes é fundamental para que seja possível, nomeadamente, ter uma percepção mais clara dos limites – profissionais e organizacionais – da intervenção desenvolvida e a desenvolver e dos resultados descabíveis e legítimos. Identificar limites significa, simultaneamente, ter uma melhor percepção das complementariedades que importa promover no sentido de combater de forma eficaz não apenas a privação (p. ex. através do recurso a bancos de alimentos), mas também a pobreza e a exclusão social (p. ex. reforçando qualificações/competências profissionais, disponibilizando serviços de apoio à infância acessíveis e de qualidade que permitam uma real activação laboral de pessoas com responsabilidades parentais; denunciar/combatere a precariedade salarial como um dos principais factores de manutenção dos elevados níveis de pobreza em Portugal)»²

Desenvolva um comentário ao texto tendo por base os conceitos centrais nele apresentados e as estratégias de intervenção face a situações de privação, pobreza e exclusão social.

² Pedro Pereira e Isabel Baptista, «A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção», *Forum Sociologia* [Online], 20 | 2010, posto online no dia 05 Setembro 2012, consultado o 05 junho 2016. URL : <http://sociologia.revues.org/165>; DOI : 10.4000/sociologico.165